

A LICENCIATURA EM ESPANHOL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: NOVOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Antonio Ferreira da Silva Júnior (CEFET/RJ)

No final dos anos 90, os CEFET passaram a atuar na formação e capacitação de professores para a educação básica e da educação profissional atendendo a um chamado do Ministério da Educação com a aprovação do decreto número 2.406/97. A reestruturação interna dos CEFET estava sendo discutida no teor desse documento, que foi reescrito e substituído pelo decreto número 3.462/00, permitindo uma maior expansão e diversidade das licenciaturas oferecidas no país. Conforme o texto do decreto:

os Centro Federais de Educação Tecnológica, [...] gozarão de autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, bem como para implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional (BRASIL, MEC, Dec. 3.462/00, Art. 1º.)

O decreto assinado é reforçado por outro de número 5.224/04. Após a publicação desses documentos, muitos cursos de Licenciatura nos CEFET começaram a ser projetados em todo o país. Aliado a isso, o perfil dos cursos de Licenciatura é reformulado através da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 18 de fevereiro de 2002, cujo objetivo era rever aspectos da prática docente e formalizar a duração e a carga horária mínima desses cursos.

Em relação à carga horária das licenciaturas, a resolução número 1 de 19 de fevereiro de 2000, determina carga mínima de 2800 horas, englobando 400 horas de prática curricular, 400 horas de estágio curricular supervisionado, 1800 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 horas para atividades acadêmico-científico-culturais. Com essa regulamentação, extingui-se a formação do professor da educação básica no chamado regime 3 + 1, três anos de conteúdos característicos de um curso de bacharelado somados a um ano de formação pedagógica, nem sempre adequada à realidade e ao contexto de cada curso de licenciatura. Com a nova roupagem desses cursos, conseguimos visualizar

uma interdisciplinaridade entre o eixo de formação específica, o de formação pedagógica e os de formação geral.

De acordo a essas diretrizes, os primeiros cursos de licenciatura dos CEFET começam a se configurar. Importante ressaltar também que esses cursos abrem uma nova estrutura interna no ensino das escolas da rede federal, já que elas possuíam longa tradição no ensino de formação técnica e começam, a partir também dos anos 90, a ofertar Bacharelados em Engenharia com inúmeras habilitações. Segundo dados do estudo levantando por Franco & Pires (2009, p. 2):

Neste ano há um total de 65 cursos de licenciatura em CEFETs, essas instituições ofertaram em 2008: licenciatura em Física, 12; Matemática, 18; Química, 15; Biologia, 6 e 14 licenciaturas em outras áreas (Educação Física, Informática, Construção Civil, Eletricidade, Mecânica, Geografia, Espanhol e Ciências da Natureza)

Num primeiro momento, a inserção dos cursos de licenciatura nos CEFET deu-se a pedido do MEC nas áreas com maior carência de docentes: Matemática, Química, Física e Biologia. Os números levantados na pesquisa acima demonstram um cenário bastante interessante e do avanço dentro da rede federal de ensino, principalmente, quando observamos os poucos cursos ofertados da área de Humanidades, entre eles, os de licenciatura em Geografia e Espanhol e, na atualidade, já temos o conhecimento de outros como História, Pedagogia, Letras-Língua Portuguesa, Letras-Libras. Dados do sitio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), revelam que em março de 2003, a rede contava com 30 cursos e, em 2007, já eram 48 licenciaturas.

Com certeza, a tendência ao aumento desses números é ainda maior, devido à nova reestrutura ocorrida desde o final de 2008 das escolas da rede. O MEC verificou o interesse da comunidade interna de cada centro federal tecnológico na conversão em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, conhecidos como IFET. Não é nosso objetivo, neste estudo apresentar vantagens e desvantagens de tal adoção, apenas informar que os CEFET que adotaram a mudança deverão reservar 20% de suas vagas para oferta de cursos de licenciatura. Conforme o decreto número 6.095, de 24 de abril de 2007, da alínea “d”, inciso VII, do § 2 do artigo 4, os IFET deverão ministrar:

d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional.

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica conta com 38 institutos federais, 2 CEFET, 25 escolas vinculadas às universidades federais e 1 uma universidade tecnológica. Nesse cenário de expansão da rede federal de ensino, ainda são poucos os estudos voltados para a formação de professores dos cursos de licenciatura da rede. Tal análise também encontra argumentos na análise proposta por Franco & Pires (2009).

A licenciatura em Espanhol nos IFET

Como professor da rede federal desde 2007, pude perceber em pouco tempo de instituição, que os saberes relacionados à área industrial, à tecnologia e às exatas são privilegiados, porém, por outro lado, entendo que a origem da rede federal sustenta essa demanda. Claro que há uma grande discussão teórica sobre o conhecimento técnico, o avanço das pesquisas científicas, o conceito de ciência e de modernidade, mas são questões para outro ensaio. O fato é que encontrar cursos de licenciatura em línguas, principalmente estrangeiras, em dois institutos permite reconhecer uma mudança de pensamento e de transformação da identidade da própria rede. A primeira pergunta que fiz ao tomar conhecimento desses cursos, motivo maior deste estudo, resume-se em: Como pensar a formação do profissional de linguagens numa instituição onde algumas áreas do saber são vistas de uma melhor forma que outras?

Os cursos de licenciatura em Espanhol existentes na rede são em número de dois: um na Região Nordeste (no IFRN, no *campus* Natal) e outro na Região Norte (no IFRR, no *campus* Boa Vista). Ambos os cursos foram aprovados no ano de 2005 com base nos respectivos estatutos dos antigos CEFET-RN e CEFET-RR, ou seja, esses cursos apresentaram justificativas pertinentes para sua aprovação e autorização. A aprovação dos cursos deu-se antes da transformação em IFET, o que comprova que sua abertura e seu funcionamento não estavam preocupados com o teor do artigo 5 do decreto 6.095/7, que sinaliza a verba orçamentária.

Na figura de professor de língua estrangeira dentro de um centro federal e como um dos membros da comissão de elaboração do projeto de Licenciatura em espanhol de minha unidade de ensino, comecei a analisar a estrutura curricular dos cursos e seus projetos de implantação disponíveis no sítio de cada instituição. Nesse sentido, esse é o meu objetivo principal neste estudo: averiguar como cada instituto

pensa e organiza seu curso de licenciatura. Porque, segundo meu ponto de vista, o projeto político pedagógico e a matriz curricular do curso já permitem avaliar como a instituição visualiza a formação do professor de língua estrangeira. Quando me refiro ao componente curricular, faço referência ao exposto nas ementas de cada disciplina do curso. Para fundamentação teórica desta pesquisa, baseio-me nas considerações de FRIGOTTO (2004) e SÁ-CHAVES (2001) em relação aos métodos de análise do material. Dividimos nossa análise no projeto pedagógico dos cursos e na análise das matrizes curriculares: núcleo específico, complementar e didático-pedagógico.

Análise do Projeto pedagógico dos cursos

O projeto do curso do IFRR nomeia o curso como Licenciatura Plena em Língua Espanhola e Literaturas. A elaboração do mesmo deu-se por uma comissão liderada por duas representantes da área de espanhol. Como justificativa, o projeto apresenta a carência de profissionais de ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE) na cidade de Boa Vista e nos municípios do interior. Ainda, destaca a aproximação do Estado de Roraima a países de fala hispânica, o que gera uma demanda significativa de interessados por sua aprendizagem, além do mercado econômico, cultural e social nessa área de fronteira. Na introdução do documento, sinalizam que a instituição atua desde o ano de 1995 com a presença do espanhol na grade de todos os seus cursos, e ainda contam com um Centro de Estudos de Línguas Estrangeiras. A lei 11.1165/05, que torna obrigatória a oferta de espanhol no Ensino Médio, aparece citada como mais uma justificativa para criação do curso. Outro ponto para reforço do projeto é a falta no Estado de cursos de formação de professores. O único existente até aquele momento, o da UFRR, não consegue suprir a demanda por profissionais da área.

No desenvolvimento da justificativa, o projeto apresenta estudos estatísticos como os da Agência Brasil/ Radiobrás, coletados em agosto de 2005, revelando uma carência de 12 mil professores em todo o Brasil para aplicação da lei de oferta do espanhol. Em seguida, informam que o Estado de Roraima necessita de forma emergencial 128 docentes para atuar na rede Estadual de Ensino. O documento emprega os dados de 2002 do Sistema Estadual de Educação e dados da esfera

educacional do município de Boa Vista, coletados em 2003, para traçar um mapa da Educação Básica no Estado.

Como objetivo geral do curso, o projeto destaca “formar profissionais competentes no processo de ensino e aprendizagem da Língua Espanhola como língua estrangeira e suas Literaturas”. Como ponto diferencial do curso, o documento apresenta que a proposta de trabalho do curso se pauta “numa estrutura com identidade própria, valorizando a formação do professor como profissional do ensino, alicerçado numa sólida base científica, humanística, ética e democrática”. O projeto do curso sinaliza uma ampla formação, desde os conhecimentos mais estruturais da língua de estudo, passando por aspectos históricos, culturais e pedagógicos. O documento delimita o foco da formação do curso como sendo a preparação do licenciado para atuar na docência, mas também apresenta espaços possíveis de atuação do profissional concluinte do curso, entre eles a pesquisa, a consultoria, as redações de jornais, a tradução e como intérprete.

O projeto de curso do IFRN também teve a frente da comissão de elaboração uma representante da área das letras espanholas atuante na rede desde 1998. O documento apresenta a proposta da Licenciatura em Espanhol, nome dado ao curso, mostrando que essa era uma reivindicação antiga do colegiado de Letras “motivada tanto por questões de âmbito acadêmico-intelectual quanto de natureza pragmática, relacionadas ao exercício futuro da profissão e, especialmente, às demandas da sociedade”. No decorrer do texto, tomamos conhecimento que a Região Nordeste carece de professores de espanhol, principalmente, o Estado do Rio Grande do Norte. Tal informação completa-se ao estudo elaborado por Silva, Alves e Alves (2007), onde os autores mencionam que até o ano de 2006, somente a cidade de Mossoró possuía alunos graduados em espanhol pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). As cidades de Natal e Pau Ferros começaram a ofertar os cursos no segundo semestre citado, sendo que o antigo CEFET-RN foi a instituição pública pioneira a ministrar o curso na capital do Estado.

O documento apresenta, além da carência exposta no parágrafo anterior, a justificativa da lei de obrigatoriedade da oferta do espanhol como sendo um importante fator para investimento no curso. O texto emprega, ainda, argumentos da imagem internacional da língua espanhola, localização geográfica do Brasil, a globalização, a integração latino-americana em políticas econômicas do Mercosul, a

entrada de capital espanhol e aspectos culturais internacionalmente conhecidos como pontos propagadores do interesse pelo estudo da língua espanhola e suas matizes culturais. Também sinaliza um déficit de 13,2 mil professores da disciplina, segundo dados levantados por técnicos do Ministério da Educação (MEC) no censo da Educação Superior no ano de 2003. Observamos que os dados numéricos sinalizados por esse documento aproximam-se temporalmente aos do projeto do IFRR. O projeto encerra a justificativa afirmando que não existia nenhum curso de formação de formadores em espanhol na cidade de Natal e se ampara legalmente no decreto número 5.224/04, capítulo II, parágrafo único, que menciona “verificando o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá o CEFET, mediante autorização do Ministério da Educação, oferecer os cursos previstos no inciso V fora da área tecnológica”.

O projeto ressalta estar em consonância com as demais licenciaturas da instituição e defende uma formação mais ampla onde o concluinte ajude no desenvolvimento social de sua comunidade. O texto deixa clara a idéia que o curso não pretende fornecer uma formação voltada somente para os aspectos funcionais da língua. O documento de ambos os institutos assemelha-se nesse ponto, propondo buscar contribuir para uma formação pautada na ética profissional, no conceito de ensinar-aprender, na idéia de uma formação de professor orientador, na inserção do uso das novas tecnologias da informação e comunicação e na junção dos conhecimentos teóricos e práticos. No que diz respeito às habilidades específicas, ambos os projetos assemelham-se, mas o documento do IFRN é mais taxativo na questão da formação do professor de espanhol no universo de inúmeras variantes geoletais, no uso de novas linguagens e tecnologias de ensino e na preocupação por um ensino pautado nos valores da educação multicultural.

Análise das matrizes curriculares dos cursos

Os projetos alertam que o modelo curricular está baseado em competências que contribuam para uma forte formação humanística e pedagógica. Os dois cursos estão divididos em 8 períodos com duração mínima de 4 anos e carga horária que se divide da seguinte forma:

- a. A matriz curricular do IFRN apresenta 2.515 horas dos chamados Conteúdos Curriculares de natureza científico-cultural, e esses se subdividem em

disciplinas do curso configuradas da seguinte maneira: Específicas (1.560 horas), Didático-Pedagógicas (775 horas) e Articuladoras do Conhecimento (180 horas). Além da carga horária de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, somamos 400 horas de prática como componente curricular, 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais e 400 horas de estágio supervisionado para totalização da carga horário de cada curso. O curso na íntegra totaliza 3.515 horas.

- b. A matriz curricular do IFRR subdivide-se em 2.580 horas dos Conteúdos/Conhecimentos/Competências Curriculares de natureza científica, técnica, pedagógica e cultural; 600 horas de práticas a serem vivenciadas ao longo do curso; 400 horas de estágio obrigatório e 100 horas de aprofundamento de estudos, atividades de extensão e de natureza acadêmico-científico-cultural. Tendo em vista que o eixo central do programa é a área de Língua Espanhola, os componentes curriculares dividem-se em dois campos do conhecimento: (1) Literatura e cultura¹ e (2) Metodologia para aquisição e/ou aprendizagem de E/LE. A partir dessa divisão, o programa organiza-se em quatro ciclos (Introdutório, Básico, Formação Docente e Complementação Profissional) perpassando em quatro áreas do saber: Língua Espanhola e Linguística, Literatura, Cultura e Formação Docente. O curso na íntegra soma 3.680 horas.

O diferencial da proposta do programa de curso do IFRR em relação à do IFRN é que o primeiro distribui entre os vários períodos, no projeto nomeado de módulos, do curso a carga horária da prática profissional (estágio supervisionado, prática curricular e de pesquisa). Não podemos afirmar que tal desmembramento da carga seja positivo ou negativo, mas pelo menos se destaca das outras grades que não articulam desde o início de seus cursos a teoria e a vivência em sala de aula por parte dos aprendizes. O projeto de ambos informa que até 20% dos conteúdos também pode ser oferecidos a distância, conforme portaria número 4.059 de 10 de dezembro de 2004. A possibilidade de educação a distância é vista como um avanço, porque permite a inclusão do aluno na realidade digital e permite uma flexibilização curricular e, conseqüentemente, do sujeito da aprendizagem.

¹ O projeto entende a literatura e a cultura como veículos onde a língua se emprega, orientando um estudo dessa a partir de um olhar contrastivo.

O curso do IFRR apresenta em alguns momentos conflitos teóricos no seu intento de apresentação do ciclo introdutório de aprendizagem da língua espanhola, conforme o projeto:

Constitui o eixo da carreira tendo como base o enfoque integral da língua espanhola (semântica, morfossintaxe, pragmática), incluindo uma gramática descritiva e uma metodologia de análise dos discursos, e está orientado tanto à operação funcional-instrumental, quanto comunicacional da língua espanhola. Deverá atender à integração dos distintos componentes curriculares, privilegiando o enfoque contrastivo na aprendizagem da Gramática Espanhola

Num mesmo parágrafo, o texto de apresentação das competências desenvolvidas no primeiro ciclo expõe o choque de correntes, abordagens e olhares diferentes para o ensino de línguas. Apresenta uma visão mais tradicional do ensino demonstrada pela menção à gramática descritiva e ao reduzir a língua em blocos fechados (semântica, morfossintaxe, por exemplo); usa a corrente “análise do discurso” sem o sentido apropriado, levanta o método comunicativo e finaliza mostrando a importância da análise contrastiva. Ademais, o projeto apresenta esses pontos no primeiro ciclo de aprendizagem do curso, ou seja, o aluno já se depara, no semestre de ingresso, com tais problemáticas de compreensão de um mesmo objeto de estudo. Não queremos dizer que não seja importante o aluno conhecer todas essas abordagens ou enfoques de aprendizagem de línguas, porém o curso deve primar por uma consonância teórica em sua constituição.

Na análise do denominado bloco das disciplinas Específicas do curso do IFRRN, e essas divididas em mini-blocos, Aquisição da Língua Espanhola, Formação em Ciências da Linguagem e Formação em Literatura e Cultura Espanhola e Hispano-Americana, observamos certa coerência nos objetivos e metas de cada conjunto de disciplinas. No primeiro mini-bloco, espera-se que o aluno desenvolva todas as habilidades da língua e seja capaz de transmitir todo esse conhecimento na formação de novos sujeitos; as matérias do segundo mini-bloco têm como prioridade o estudo das diferentes correntes lingüísticas, sua compreensão pelos usuários e permitir que esses realizem análises lingüísticas em diferentes estágios, ainda, ressalva a tradução como prática discursiva; a última seção pretende unir aspectos históricos e dialetológicos da língua espanhola ao estudo de sua cultura e literaturas. Em relação ao último campo de estudos, o projeto destaca a importância do estudo das tradições, das datas comemorativas, das celebrações culturais e religiosas, do

comportamento desses povos na análise de suas práticas comunicativas. Discute, ainda, as especificidades do texto literário e sua relação com os saberes da filosofia, sociologia, psicologia, artes e outros. Cabe informar que os ciclos, no currículo do IFRR, e os blocos, no do IFRN, perpassam todo o curso. Ambos os cursos habilitam ao ingressante somente na língua estrangeira, idéia essa corroborada pelo artigo de Paiva (2005). Segundo a professora:

Vejo as licenciaturas duplas como um dos empecilhos para uma maior qualidade

[...]

Os projetos pedagógicos em vigor nas licenciaturas duplas continuam privilegiando os conteúdos em língua portuguesa, ficando a língua estrangeira com pouquíssimo espaço na grade curricular. As literaturas, espaço essencial para que o aprendiz tenha imput autêntico, experiência estética e imersão na outra cultura, ficam relegadas, geralmente, a duas disciplinas de 30 ou 60 horas. Conteúdos de formação do professor de língua estrangeira, são, geralmente, ignorados, e é raro o curso que oferece atividades curriculares que estimulem reflexões sobre a aquisição, ensino e aprendizagem de língua estrangeira

No tocante as disciplinas de formação didático-pedagógica, ambos os cursos assemelham-se na oferta de disciplinas, conteúdos das ementas e carga horária. Algumas disciplinas não apresentam a mesma nomenclatura, mas se identificam no conteúdo programático dos cursos. Como ponto diferencial dos currículos, destacamos a presença das disciplinas de Arte e Educação, Tecnologia da Educação e Educação Inclusiva no IFRN. O projeto inova em relação a outras grades curriculares de cursos de Letras em todo o Brasil. As ementas das disciplinas permitem visualizar a preocupação da comissão elaboradora do projeto a todo o momento em relacionar teoria e prática do futuro professor de E/LE. Os currículos também apresentam uma matéria específica (Pesquisa e Prática Pedagógica – IFRR e Projeto Integrador – IFRN) para o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar presente em todos os semestres.

O IFRN divide o bloco de disciplinas pedagógicas em Gerais e Específicas no ensino de E/LE. Nessa última seção, temos disciplinas preocupadas com as novas discussões da literatura disponível sobre metodologia de ensino do espanhol, entre elas, constam Aquisição de Segundas Línguas, Novas Tecnologias no Ensino de E/LE, Ensino de Espanhol para Fins Específicos e Análise e Elaboração de Materiais Didáticos de E/LE. Somente a última também aparece na grade do IFRR e as outras somente aparecem mencionadas no decorrer das ementas. No Ciclo

Básico, são oferecidas as disciplinas Sociolinguística Aplicada ao Ensino de E/LE, Pragmática e Semiótica Aplicadas ao Ensino de E/LE e Geografia e História de Espanha e da América Espanhola Aplicada ao Ensino de E/LE.

O currículo dos cursos traz outro ponto diferencial nas grades, o IFRR, denomina um conjunto de matérias como Ciclo de Complementação Profissional, já IFRN nomeia como Articuladoras do Conhecimento. Elas seriam uma espécie de complemento das matérias dos demais blocos. As cadeiras de Língua Portuguesa e Metodologia Científica aparecem nessas seções. O IFRR inclui a disciplina Empreendedorismo e em sua ementa consta como competência a ser desenvolvida no alunado “planejar a abertura de novos negócios no ramo da educação. Aplicar, na prática, as unidades de estratégias de negócios em um projeto de criação de novos serviços no ramo da educação”.

Os dois cursos exigem a elaboração de uma monografia como requisito parcial para conclusão do curso. Os projetos discursam, ainda, sobre o trabalho de conclusão, o estágio supervisionado, as atividades acadêmico-científico-culturais, a prática curricular, a forma de avaliação do curso, as técnicas e os procedimentos de aprendizagem e os recursos previstos (instalações necessárias, docentes, servidores administrativos e compra de títulos para biblioteca) para uma total estruturação dos cursos no decorrer de sua implantação.

Conclusões finais

Como vimos no decorrer do texto, os cursos do IFRR e IFRN são propostas recentes e inovadoras idealizadas por uma comissão de docentes, que num primeiro momento foram concursados para atuar no ensino médio, técnico e tecnológico, mas que acabaram por levar essa experiência nesses níveis na montagem de um curso de licenciatura, primeiro, por necessidade de formação de docente em espanhol, e segundo, por anseios profissionais. Notamos que os projetos trazem contribuição para um olhar diferenciado na formação de professores de E/LE no Brasil.

Na tentativa de responder a pergunta originária deste estudo, traçamos um histórico da formação de professores na rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Podemos perceber que desde sua primeira constituição, as escolas da rede, além de desempenhar um importante papel na formação de mão de obra para diferentes setores da indústria, também realizaram e continuam formando

trabalhadores, porém em distintos campos do saber. As licenciaturas nos institutos e nos CEFET permitem um novo espaço de formação de docente atento em vista às especificidades de cada área de atuação. Claro que há muitos desafios, metas e possibilidades a serem superadas, porém só o tempo permitirá entender que a configuração da rede federal de ensino constitui uma nova forma de ver e entender a educação brasileira em conjunto.

Referências

BRASIL, MEC, Expansão da Rede Federal. Disponível em <[www.http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=91&Itemid=207](http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=91&Itemid=207)>. Acesso em: 03 set 2009.

BRASIL, MEC, Decreto 3.462 de 17/05/2000 - dá nova redação ao art. 8º do Decreto 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, 2000.

-----, Decreto 6.095 de 24/04/07 - Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

-----, Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002 - Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

-----, Resolução CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002

FRANCO, Leandro Rezende & PIRES, Luciene Lima de Assis (2009): A formação de professores em CEFETs: analisando a Licenciatura em Física. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de Ensino de Física*. SBF: Espírito Santo.

FRIGOTTO, Gaudêncio (2004): O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In.: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, (Biblioteca da educação, Série I, Escola; v. 11).

IFET RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Pedagógico Licenciatura em Espanhol. Disponível em: < <http://www.ifrn.edu.br/secoes/ensino/cursos/cursos-de-licenciatura/Licenciatura%20em%20Espanhol.pdf/view>>. Acesso em: 30 set. 2007.

IFET RORAIRA. Plano de curso para formação do professor da Educação Básica em nível superior – Licenciatura plena em Língua Espanhola e Literaturas.

Disponível

em:

<

http://www.ifrr.edu.br/campus_bv/index.php/component/content/article/46-cursos/68-licenciatura-plena-em-lingua-espanhola-e-suas-literaturas>. Acesso em: 20 set. 2007.

PAIVA, V.L.M.O (2005): O novo perfil dos cursos de Licenciatura em Letras. In: TOMICH, ET (orgs.). *A interculturalidade no ensino de inglês*. Florianópolis: UFSC.

SÁ-CHAVES, Idália (2001): Informação, formação e globalização: novos ou velhos paradigmas. In: ALARCÃO Isabel (org.). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: ArtMed.

SILVA, Bruno Rafael Venâncio da; ALVES, Rosemary da Silva & ALVES, Cícera Gardênia Ribeiro. O perfil dos alunos dos cursos de formação superior no ensino de língua espanhola do Rio Grande do Norte. In: *Holos*, número 23, volume 2, 2007.